

Amazônia, território e soberania nacional: história e memória de uma disputa territorial

Eduardo José Monteiro da Costa

Profesor de la Facultad de Economía y del Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PPGGP/NAEA), Universidade Federal do Pará (Brasil)

e-mail: ejmcosta@ufpa.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7990-6232>

<http://dx.doi.org/10.5209/geop.96692>

Recibido: 26/06/2024 • Aceptado: 09/10/2025

Resumo. Este artigo recupera episódios históricos relevantes, porém pouco conhecidos, que subsidiam o debate contemporâneo sobre sustentabilidade, soberania e desenvolvimento da Amazônia. Desta forma, aborda: (i) a ocupação e a demarcação da Amazônia brasileira, bem como a disputa pelas Guianas; (ii) o Plano Maury e a proposta da «República Amazônica»; (iii) o conflito pelo território do Acre na virada do século XIX para o XX; (iv) o interesse nazista pela Amazônia e o plano de invasão das Guianas; (v) a tentativa de criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica (IIHA); e (vi) o Projeto dos Grandes Lagos na Amazônia. Algumas destas iniciativas se perderam no debate histórico, sendo, inclusive, atualmente pouco conhecidas até mesmo na própria região. Contudo, nos permitem obter lições históricas importantes para o debate contemporâneo, nos alertando para que não cometamos os mesmos erros do passado.

Palavras-chave. Amazônia; geopolítica; soberania; desenvolvimento; disputa territorial.

^{ES} Amazonía, territorio y soberanía nacional: historia y memoria de una disputa territorial

Resumen. Este artículo retoma episodios históricos relevantes, pero poco conocidos, que informan el debate contemporáneo sobre la sostenibilidad, la soberanía y el desarrollo en la Amazonía. Aborda: 1) la ocupación y demarcación de la Amazonía brasileña, así como la disputa por las Guayanas; 2) el Plan Maury y la propuesta de «República Amazónica»; 3) el conflicto por el territorio de Acre a finales del siglo XIX y principios del XX; 4) el interés nazi en la Amazonía y el plan de invasión de las Guayanas; 5) el intento de creación del Instituto Internacional de la Hylaea Amazónica (IIHA), y 6) el Proyecto de los Grandes Lagos en la Amazonía. Algunas de estas iniciativas se han perdido en el debate histórico y actualmente son poco conocidas, incluso en la propia región. Sin embargo, nos permiten extraer importantes lecciones históricas para el debate contemporáneo, advirtiéndonos de no cometer los mismos errores del pasado.

Palabras clave. Amazonía; geopolítica; soberanía; desarrollo; disputa territorial.

^{EN} Amazon, Territory and National Sovereignty: History and Memory of a Territorial Dispute

Abstract. This article revisits relevant but little-known historical episodes that inform the contemporary debate on sustainability, sovereignty, and development in the Amazon. It addresses: (i) the occupation and demarcation of the Brazilian Amazon, as well as the dispute over the Guianas; (ii) the Maury Plan and the proposed «Amazonian Republic»; (iii) the conflict over the territory of Acre at the turn of the 19th and 20th centuries; (iv) Nazi interest in the Amazon and the planned inva-

sion of the Guianas; (v) the attempted creation of the International Institute of Amazonian Hylaea (IIHA); and (vi) the Great Lakes Project in the Amazon. Some of these initiatives have been lost in historical debate and are currently little known, even within the region itself. However, they allow us to draw important historical lessons for the contemporary debate, warning us not to repeat the mistakes of the past.

Keywords. Amazon; geopolitics; sovereignty; development; territorial dispute.

Sumário. Introdução. 1. Ocupação e demarcação da Amazônia brasileira: a disputa pelas Guianas. 2. O Plano Maury e a República Amazônica. 3. A República do Acre e o Bolivian Syndicate. 4. A Expedição Alemã Amazonas-Jari e a Operação Guiana. 5. O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA). 6. O Projeto dos Grandes Lagos na Amazônia. Conclusão. Agradecimentos. Referências bibliográficas.

Cómo citar. Da Costa, E. J. M. (2025). Amazônia, território e soberania nacional: história e memória de uma disputa territorial. *Geopolítica(s). Revista de Estudios sobre Espacio y Poder*, 16(2), 279-299

Introdução

As discussões sobre sustentabilidade e mudanças climáticas colocam a Amazônia no centro dos debates internacionais (Da Costa, 2024). Entretanto, repete-se um padrão histórico: as estratégias propostas derivam de interesses, condicionantes e macrodecisões externas, ignorando a história, características institucionais, singularidades e potencialidades da região, bem como as necessidades de sua população e particularidades da sua ordem social. Em síntese, os debates ocorrem em boa medida à margem da sociedade local, e as ações são pensadas para ocorrer na Amazônia, mas não para beneficiar os amazônidas.¹

Decorrente do desconhecimento dos condicionantes históricos e institucionais que moldaram a ordem social amazônica e determinaram sua dependência de trajetória, a superficialidade é a marca de boa parte dos debates sobre a região. Em boa medida, limitam-se ao fenômeno aparente — como, por exemplo: pobreza, desigualdade, conflitos fundiários, baixa inovação tecnológica e agregação de valor da economia regional ou desmatamento —, desconsiderando as causas estruturais que moldaram a espacialidade de seu subdesenvolvimento e que se manifestam numa sociedade de contrastes. Há setores econômicos proeminentes, como a mineração e agronegócio, mas, paradoxalmente (ou consequentemente²): (i) uma parcela significativa da população sobrevive em situação de vulnerabilidade social, sem acesso às liberdades instrumentais fundamentais;³ (ii) a dinâmica demográfica, derivada das políticas públicas e das atividades econômicas estimuladas, causou (e continua causando) impactos socioambientais relevantes; (iii) a violência endêmica — decorrente de conflitos fundiários e do aumento da criminalidade, tanto no campo quanto nas cidades (em especial com o avanço do narcotráfico) — assume um nível expressivo.

Por consequência, muitas soluções mostraram-se insatisfatórias (incompletas ou inadequadas) ao desconsiderar as especificidades geográficas, ecológicas e sociais da região e, por vezes, tratar os amazônidas como uma variável exógena ou marginal (de menor valor). Paralelamente, em movimentos espasmódicos, a questão da soberania nacional retorna à pauta; um debate indispensável, mas reconhecidamente complexo que não pode ser guiado unicamente por interesses externos nem permanecer na superficialidade.

1. A estimativa do IBGE é que para o ano de 2022 havia 29,5 milhões de habitantes na Amazônia Legal.

2. Há um debate relacionado a «maldição dos recursos naturais». Alguns teóricos estabelecem uma relação direta entre a abundância de recursos naturais, como petróleo, mineração ou mesmo terras agriculturáveis e a persistência do subdesenvolvimento de determinados países e regiões. Outro exemplo está relacionado a questão do determinismo geográfico. Segundo alguns autores uma região de floresta tropical, devido as suas características climáticas, dificilmente viabilizaria as condições adequadas para o desenvolvimento («inferno verde»). Esse debate, contudo, foge ao propósito do texto.

3. Consideram-se liberdades instrumentais fundamentais: liberdades políticas, oportunidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. A este respeito, ver Sen (2000).

Este texto foi, portanto, elaborado para instrumentalizar o debate contemporâneo sobre sustentabilidade, soberania nacional e desenvolvimento da Amazônia por meio da reconstituição de episódios históricos relevantes, alguns ainda pouco conhecidos. Essas histórias oferecem lições ao presente e ajudam a evitar a repetição de erros cometidos no passado.

É exatamente com o objetivo de instrumentalizar o debate público sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento da Amazônia que este artigo foi elaborado. Para isso, está organizado em cinco partes que abordarão: (i) a ocupação e a demarcação da Amazônia brasileira, bem como a disputa pelas Guianas; (ii) o Plano Maury e a proposta da «República Amazônica»; (iii) o conflito pelo território do Acre na virada do século XIX para o XX; (iv) o interesse nazista pela Amazônia e o plano de invasão das Guianas; (v) a tentativa de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA); e (vi) o Projeto dos Grandes Lagos na Amazônia. A conclusão articula esses acontecimentos ao debate atual, demonstrando como as lições do passado podem orientar escolhas futuras.

1. Ocupação e demarcação da Amazônia brasileira: a disputa pelas Guianas

A ocupação portuguesa da região que futuramente seria denominada Amazônia iniciou-se em meio a dois movimentos simultâneos: um choque civilizacional entre europeus e indígenas e uma disputa entre as nações europeias pela posse de novos territórios coloniais.

Em 12 de janeiro de 1616, o navegador português Francisco Caldeira Castelo Branco, após liderar a expulsão dos franceses do Maranhão, aportou na confluência do rio Guamá com a Baía do Guajará, fundando o Forte do Presépio. À época, já havia navios ingleses, franceses, holandeses e espanhóis prospectando oportunidades mercantis com povos indígenas locais. Para garantir a posse e proteção da foz do grande rio (posteriormente batizado de Amazonas), Castelo Branco fundou o povoado Feliz Lusitânia, estabelecido no território Mairi, pertencente à etnia indígena tupinambá. Este povoado cresceu e deu origem à cidade de Belém, capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão e, atualmente, uma das principais cidades da Amazônia.⁴

A partir desse momento, os portugueses asseguraram sua hegemonia sobre a navegação comercial e política do rio Amazonas. Contudo, em outras áreas, especialmente na Amazônia Caribenha, intensificaram-se disputas coloniais, sobretudo com França, Inglaterra e Países Baixos.

Como consequência dessas disputas, ocorreu a fragmentação política da Região das Guianas, faixa territorial ao norte da América do Sul banhada pelo Oceano Atlântico, situada entre as fozes dos rios Amazonas (Brasil) e Orinoco (Venezuela).⁵ Conforme o Tratado de Tordesilhas (1494), essa área seria originalmente de direito exploratório espanhol.⁶ Contudo, diante do desinteresse espanhol, franceses, holandeses e ingleses passaram a estabelecer-se na região.⁷

A França demonstrou especial interesse em consolidar uma colônia na Amazônia desde o início do século XVI. Há registros de ocupação francesa na atual Guiana Francesa desde 1503, sendo que, em 1643, colonos franceses fundaram o povoado de Caiena (atual capital). Essa colonização assentou-se no sistema de *plantations*; latifúndios monocultores (sobretudo cana-de-açúcar), com mão de obra escravizada africana, semelhante ao modelo implantado nas ilhas caribenhas.⁸ Em 1797, a região foi declarada departamento francês, condição que permanece até

4. O Estado do Grão-Pará e Maranhão surgiu em paralelo ao Estado do Brasil. Somente após o processo de independência, no ano de 1823 que esta região foi incorporada ao Império do Brasil.

5. Quando da chegada dos europeus, a região era dominada por tribos caribes e aruaques. O termo guiana deriva da língua aruaque e significa «terra de muitas águas». Trata-se de uma região formada por inúmeros rios que desaguardam no Atlântico. Atualmente é constituída pela: Guiana Francesa, Suriname (Guiana Holandesa), Guiana (Guiana Inglesa), parte da Venezuela (Guiana Venezuelana) e pelo estado do Amapá (Guiana Brasileira).

6. O Tratado de Tordesilhas foi um acordo internacional assinado entre os reis João II de Portugal e Fernando II de Castela, e mediado pelo papa Alexandre VI, que dividiu as novas terras a serem descobertas entre os dois países, a partir de uma linha imaginária a 1.779 km a oeste de Cabo Verde.

7. A Espanha estava focada na exploração de ouro e prata em outras áreas coloniais da América, em especial nas áreas dos impérios incas e astecas.

8. Posteriormente tentou-se a produção de cacau, café e algodão, também sem muito sucesso. Atualmente a economia da Guiana Francesa tem na mineração, em especial do ouro, a sua principal atividade.

uma esquadra luso-inglesa tomou não apenas a região até o Oiapoque, mas também a Guiana Francesa.¹³ Em 1817, ao fim das guerras napoleônicas, o território da Guiana Francesa foi devolvido à França pelo Tratado de Paris.¹⁴

Em 1886, um episódio pouco conhecido marcou novamente essa região: habitantes locais, comerciantes, escravos e franceses fugitivos, liderados desde Paris por Jules Gros (membro da Sociedade de Geografia Comercial de Paris), fundaram a República Independente da Guiana (República do Cunani), situada entre os rios Oiapoque e Araguari.¹⁵ Com capital na vila de Cunani, fundada por jesuítas em 1788 — num local estratégico para a prospecção de ouro —, a república não obteve reconhecimento internacional. Mesmo assim, Jules Gros foi nomeado presidente, criou bandeira, emitiu selos, cunhou moeda própria e buscou estabelecer relações diplomáticas, sobretudo com os Estados Unidos. Em meio a acusações de interesses econômicos estrangeiros na exploração de ouro, e sem o reconhecimento brasileiro e francês, a iniciativa fracassou.

As disputas persistiram tanto o Brasil quanto a França reivindicavam a posse desse território. Em 1895, os dois países solicitaram arbitragem suíça, culminando no Tratado de Berna (1900), que estabeleceu o Oiapoque como fronteira definitiva.¹⁶ O território da República do Cunani — ou seja, a porção entre o rio Oiapoque e Araguari —, foi incorporado ao Brasil.

Apesar disso, os conflitos e as controvérsias persistiram. Entre 1904 e 1912, repercutiu especialmente em periódicos franceses a tentativa, liderada pelo francês Adolph Brezet, de uma nova emancipação da região para a criação do Estado Livre de Cunani. Brezet repetiu o que Gros anteriormente tinha feito: de Paris proclamou a sua independência e nomeou membros de seu novo governo. No entanto, quase que num *déjà vu*, em meio a acusações de que a iniciativa era apenas um pretexto para arrecadação de fundos privados, não prosperou.¹⁷

O desinteresse da Espanha pela área das Guianas também favoreceu a ocupação holandesa e inglesa, dando origem ao Suriname e à Guiana.¹⁸ A formação desses países iniciou-se com disputas territoriais e comerciais entre holandeses e ingleses. Em 1667, Espanha e Países Baixos assinaram o Tratado de Breda, que encerrou a Segunda Guerra Anglo-Holandesa e deu a posse colonial aos holandeses.

A partir de então, os Países Baixos implantaram na região o sistema de monocultura extensiva (*plantation*) de açúcar e algodão, e, em menor escala, tabaco e café, com mão de obra escravizada vinda da África, administrada pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Quase um século depois, em 1746, colonos ingleses chegaram à atual Guiana, dando início a uma rivalidade com os holandeses. Em 1781, durante um conflito entre Inglaterra e Países Baixos, a região foi efetivamente tomada pelos ingleses. Após diversos embates envolvendo holandeses, ingleses e franceses, a área que hoje constitui a Guiana foi definitivamente reconhecida como colônia britânica em 1814, durante a Convenção de Londres.¹⁹ O restante do território permaneceu sob domínio holandês, dando origem ao Suriname.²⁰

Suriname e Guiana, diferentemente da Guiana Francesa, não se envolveram em conflitos territoriais com o Brasil. O Suriname, por exemplo, possui disputas territoriais com a Guiana e com

13. Conforme Cavlak (2016), já havia naquela época interesse da elite da Província do Grão Pará e Rio Negro de ocupar o território da Guiana Francesa ante a ocupação do território abaixo do Oiapoque pelos franceses.

14. Para maiores detalhes sobre o assunto, ver Clavak (2016) e Pereira (2022).

15. O termo *cunani* vem da língua tupi e era usado para designar o tucunaré, peixe típico da região. Entre 1887 e 1891 o nome oficial do país mudou para Reino Independente da Guiana. Para uma melhor ideia de sua localização, atualmente esta região é formada pelos municípios do Oiapoque e Calçoene no estado do Amapá. É nela que está localizado o Parque Arqueológico do Solstício, conhecido pelo seu singular sítio arqueológico que é chamado de «Stonehenge da Amazônia».

16. Uma excelente resenha sobre a disputa territorial da região, sem, entretanto, entrar na questão da independência de Cunani, está em Granger (2011).

17. Em um capítulo da diplomacia brasileira, o diplomata brasileiro José Maria da Silva Paranhos Júnior, popularmente conhecido como o Barão do Rio Branco, e que na época era Ministro das Relações Exteriores do Brasil, afirmou que tal iniciativa era uma comédia e que Brezet, além de desconhecido na região, não passava de um embusteiro, desequilibrado e oportunista.

18. Para maiores detalhes sobre a história da formação territorial entre a Guiana e o Suriname, ver Cavlak (2013).

19. A capital da Guiana é Georgetown, a língua oficial é o inglês e sua economia é baseada na agricultura e na mineração. A Guiana obteve a sua independência em 1966.

20. A capital do Suriname é Paramaribo, a língua oficial é o holandês e a sua economia é baseada na agricultura, atividade madeireira, exploração mineral (bauxita e ouro) e exploração de petróleo. O país se tornou independente em 1975.

a Guiana Francesa, mas sua fronteira com o Brasil foi estabelecida pacificamente pelo Tratado de Madrid (1750), ratificado posteriormente pelo Tratado do Rio (1906), além de outros acordos bilaterais firmados em 1931 e 1935.²¹ Já a Guiana mantém uma histórica disputa territorial com a Venezuela sobre a região do Essequibo, recentemente intensificada devido ao interesse econômico decorrente da exploração das reservas locais de petróleo e gás.²²

O já mencionado desinteresse espanhol pela Bacia Amazônica, aliado ao período da União Ibérica (1580-1640), permitiu que Portugal consolidasse a posse colonial sobre a região amazônica. Embora tenham ocorrido tentativas esporádicas de penetração espanhola na Amazônia a partir dos Andes, especialmente das cidades de Quito e Guayaquil, os recorrentes fracassos e a descoberta de regiões mais promissoras para exploração mineral levaram os espanhóis a desistir dessa empreitada.

Diferentemente da Espanha, Portugal empenhou-se desde o início do século XVII em garantir o controle efetivo sobre a foz do Amazonas. Apesar disso, ingleses, franceses, holandeses e até mesmo irlandeses prospectavam oportunidades comerciais na região amazônica desde o século anterior. Em 1623, uma esquadra portuguesa partiu em direção ao Marajó para expulsar holandeses estabelecidos nos povoados de Murutu e Mariocá, correspondentes às atuais cidades de Porto de Moz e Gurupá. Após expulsá-los, os portugueses ergueram o Forte de Santo Antônio de Gurupá.

O risco iminente da ocupação por outras nações europeias e o desinteresse espanhol motivaram Portugal a organizar uma expedição liderada por Pedro Teixeira. Partindo de Cametá em 1637, a expedição em 15 de agosto de 1639 – na confluência dos rios Napo e Aguarico (atual Rio do Ouro) – fundou o povoado de Franciscana e fixou um marco, declarando oficialmente a posse das terras a leste daquele ponto em nome do rei Felipe IV da Espanha (então governante da União Ibérica), porém sob administração da Coroa portuguesa. Essa ação revelou-se decisiva para as futuras demarcações territoriais que definiriam os limites da colônia portuguesa, do Brasil e da Amazônia brasileira.²³

2. O Plano Maury e a República Amazônica

No século XIX, com as fronteiras amazônicas já consolidadas em favor do Império do Brasil, e no contexto dos conflitos abolicionistas que agitavam os Estados Unidos da América (EUA), o polímata e oficial da Marinha norte-americana Matthew Fontaine Maury,²⁴ então superintendente do Observatório Naval em Washington, atendendo a interesses da elite escravocrata sulista, propôs a ocupação da Amazônia como «válvula de escape» para as tensões políticas, econômicas e sociais de seu país.

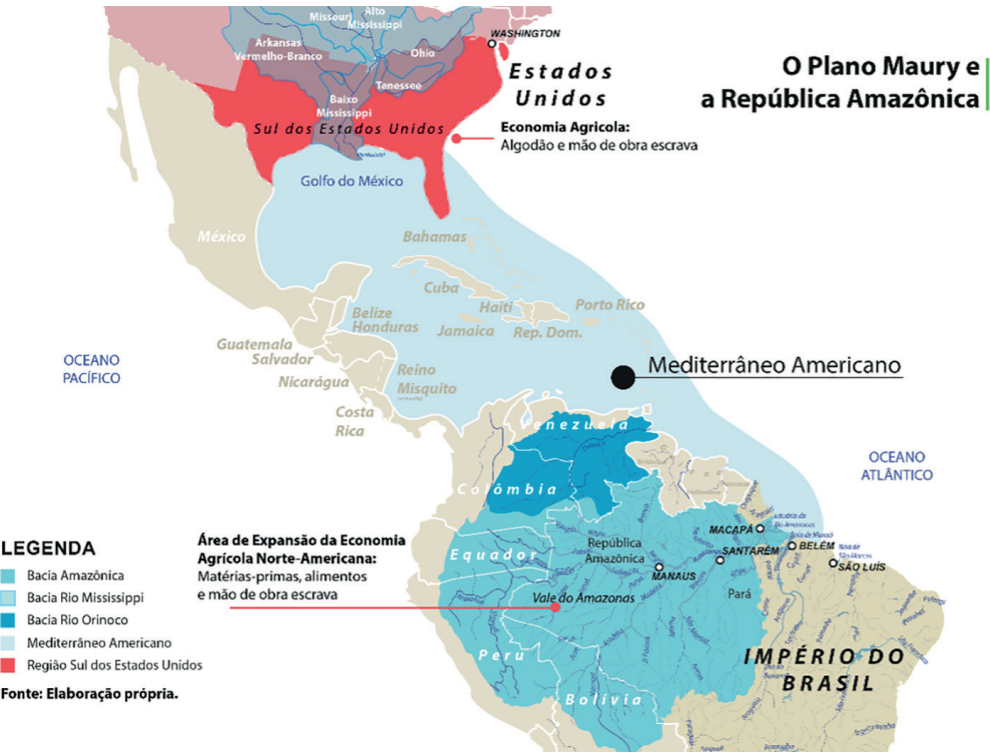
21. Em função da divisão territorial pactuada o Suriname não possui acesso fluvial a Bacia do Amazonas. Atualmente a fronteira possui uma baixa densidade demográfica, sendo caracterizada pela presença do 1º Pelotão Especial de Fronteira de Tiriós e pela Serra do Tumucumaque, uma cadeia montanhosa que se localiza no Planalto das Guianas e que se estende entre as fronteiras do Brasil com Suriname e Guiana Francesa. É lá que está localizado o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, uma Unidade de Conservação (administrada pelo ICMBio) que é considerada o maior parque nacional do Brasil e o maior em florestas tropicais do mundo.

22. Em nível geopolítico internacional especula-se que Rússia e China tem interesse na exploração do petróleo e gás desta região. Ademais, muitos acusaram Nicolás Maduro (presidente da Venezuela) de ter usado desta contenda territorial para tirar o foco da instabilidade política interna de seu país.

23. Este marco foi decisivo para as futuras delimitações territoriais em favor de Portugal, em especial sob a alegação do *uti possidetis*, pelo Tratado de Madri de 1750, ratificado em 1777 pelo Tratado de Santo Ildefonso. Por curiosidade, o marco encontra-se atualmente ao lado do Palácio do Itamaraty em Brasília. Para maiores detalhes sobre o acontecimento recomenda-se ver: Miranda (2007) e Lima e Coutinho (2016). O relato de Pedro Teixeira tornou-se conhecido pela publicação em 1641 do livro *Novo Descobrimento do Grande Rio das Amazonas*, escrito pelo padre jesuíta Christoval de Acunã e editado em Madri.

24. Matthew Maury (1806-1873) foi um polímata (astrônomo, historiador, oceanógrafo, meteorologista, cartógrafo e geólogo) estadunidense que se tornou encarregado pelo escritório da Marinha dos EUA em Washington D.C. e o superintendente do Observatório Naval dos Estados Unidos.

Mapa 2. O Plano Maury e a República Amazônica



Em 1850, nos chamados *Inca Papers* — artigos posteriormente reunidos no livreto *A Amazônia e as Encostas Atlânticas da América do Sul* (1853) —, Maury sugeriu que o Vale do Amazonas, território do Império brasileiro, fosse integrado à dinâmica econômica dos estados do Sul dos EUA como nova fronteira de expansão agrícola.²⁵ Ele defendia transferir as plantações de algodão e a mão-de-obra escravizada para a região, livrando o seu país da escravidão interna e, ao mesmo tempo, preservando os lucros dos senhores escravistas. Afirmava haver na Amazônia potencial para a produção e exportação de matérias-primas e alimentos e descrevia a região como parte de um «Mediterrâneo Americano», articulado pelas bacias do Mississippi, Orinoco e Amazonas, o Golfo do México e o Caribe. Em sua visão, o Vale do Amazonas seria hostil ao «homem branco» e adequado apenas ao trabalho de afrodescendentes escravizados.²⁶

Como etapa preliminar da formação da por ele denominada República Amazônica, Maury enviou, em 1851, os oficiais William Lewis Herndon e Lardner Gibbon, do Observatório Naval, para explorar a região e avaliar seu potencial econômico.²⁷ Em seguida, iniciou campanha diplomática e jornalística para induzir o governo brasileiro a abrir a navegação do rio Amazonas a colonos e comerciantes norte-americanos. Conhecendo a estratégia de anexação em quatro fases — imigração, provocação, conflito e anexação — já aplicada pelos EUA no Texas e na Califórnia,²⁸ D. Pedro II rejeitou qualquer possibilidade de abertura da região a esses colonos.

Em 26 de janeiro de 1853, Herndon e Gibbon apresentaram à Marinha dos EUA um relatório que — publicado em 1854 em dois volumes com 414 páginas — sob o título *Exploração do Vale do Amazonas*, alcançou significativa repercussão internacional (Herndon e Gibbon, 2000). No mes-

25. A este respeito ver Maury-Corbin (1888), Luz (1968) e Sampaio (2019).

26. Note aqui a ideia da Amazônia como um «inferno verde».

27. Havia uma crença de que a Amazônia possuía terras férteis adequadas para a expansão produtiva da monocultura de algodão e produção de alimentos. Maury já naquela época inferia que a Amazônia poderia se tornar num promissor celeiro do mundo, produzindo alimentos para toda a população mundial.

28. Regiões mexicanas incorporada ao território dos EUA.

mo ano, o *Correio Mercantil*, do Rio de Janeiro, traduziu e divulgou parte dos artigos de Maury, suscitando reações de políticos e militares que invocaram a soberania brasileira sobre a Amazônia.²⁹ Após intensa polêmica, o projeto da República Amazônica foi abandonado.

3. A República do Acre e o Bolivian Syndicate

Desde o final do século XIX, a fronteira amazônica configurava-se como um espaço de tensão entre soberania, exploração econômica e presença estrangeira. A expansão da economia da borracha intensificou o movimento de ocupação de áreas politicamente indefinidas, sobretudo na confluência entre Brasil, Bolívia e Peru. Ali, o vazio administrativo contrastava com a intensa circulação de comerciantes, seringalistas e migrantes nordestinos, enquanto potências estrangeiras observavam a região como uma fronteira aberta aos seus interesses estratégicos e comerciais.

As singularidades geopolíticas da Amazônia foram percebidas por Euclides da Cunha, que a descreveu como um território marcado por disputas e vulnerabilidades – uma «fronteira viva», na qual o Brasil ainda permanecia ausente (Cunha, 2000; 2019). Para o autor, o Acre simbolizava simultaneamente o esforço de consolidação da soberania e a persistência do abandono estatal: uma região em que a natureza grandiosa coexistia com a fragilidade institucional. Essa leitura antecipava, em chave literária e política, o debate moderno sobre a Amazônia como fronteira de poder e de sentidos, cuja materialidade se revelaria em episódios decisivos da virada do século.

No crepúsculo do século XIX e início do XX, os EUA voltaram a envolver-se em controvérsias sobre a ocupação da Amazônia, desta vez na área que corresponde ao atual estado do Acre. Naquele momento, o Brasil disputava fronteiras com a Bolívia em meio ao boom da borracha.³⁰ Um episódio diplomático sensível ocorreu em 1899, quando, após uma disputa territorial entre bolivianos e brasileiros, a canhoneira norte-americana USS *Wilmington*, comandada por Chapman C. Todd e com o cônsul K. K. Kennedy a bordo, entrou sem autorização do governo brasileiro no rio Amazonas, navegando até Iquitos, no Peru, após escala em Belém.

O incidente ganhou ainda mais repercussão quando o jornalista espanhol Luis Gálvez Rodríguez de Arias publicou, no jornal *Provincia do Pará*, a denúncia de que o navio transportava um acordo secreto articulado pelo cônsul com o governo boliviano, pelo qual os EUA se colocariam à disposição para defender os direitos da Bolívia sobre as regiões do Acre, Purus e Yaco.³¹

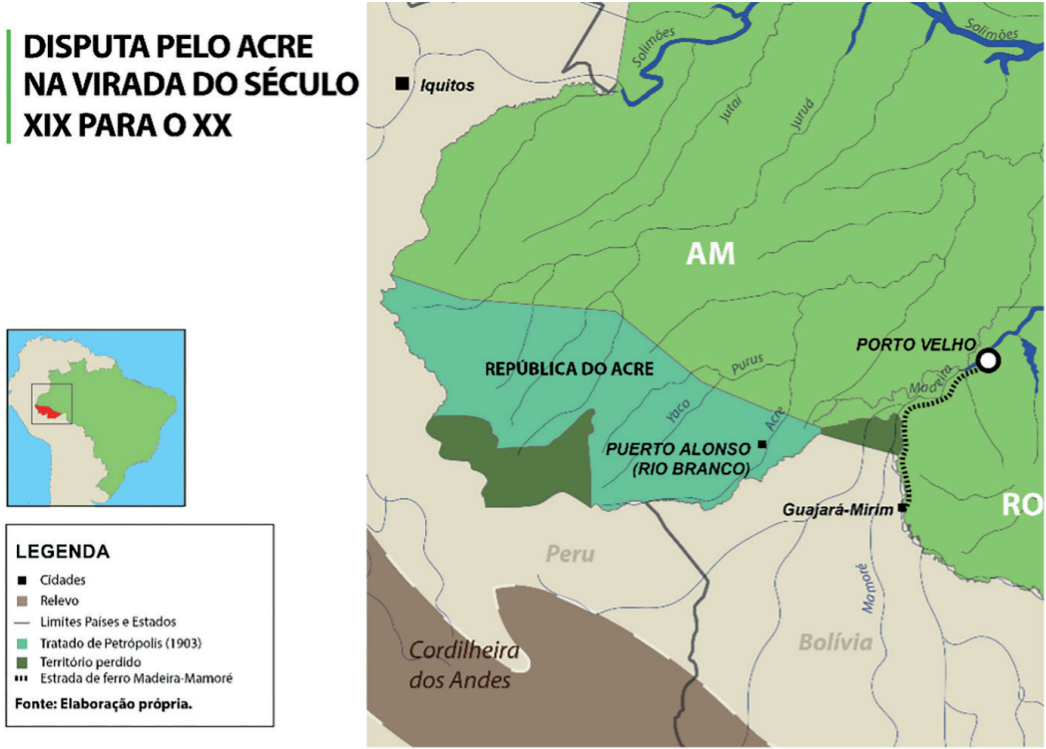
Nesse contexto, uma Junta Revolucionária, alimentada por interesses econômicos locais, proclamou, em 14 de julho de 1899, a independência da área e a criação da República do Acre, com capital em Puerto Alonso (atual Rio Branco). Luis Arias, o mesmo jornalista que denunciara os acordos, foi nomeado presidente. De imediato, idealizou a bandeira do novo país, organizou um ministério, emitiu selos, baixou decretos, enviou comunicações formais a alguns países e designou representantes diplomáticos. A iniciativa, porém, não prosperou devido a instabilidades internas. Em 28 de novembro de 1899, Antonio de Souza Braga, seringalista local, depôs Arias e assumiu o poder, mas devolveu-lhe o cargo em 15 de março de 1900. Ainda nesse mês, uma guarnição da Marinha do Brasil destituiu o governo rebelde e devolveu a região à Bolívia.

29. No mesmo ano, no dia 30 de novembro, o Segundo Tenente do Exército Brasileiro Euzebio José Antunes publicou um artigo no periódico em resposta a proposta do oficial estadunidense. Nele, temendo que a região sofresse o mesmo destino da Califórnia, denuncia que o Rio Amazonas estava despertando uma insaciável e crescente cobiça dos EUA (Antunes, 1853). Possivelmente este artigo se materializa num dos mais antigos a pôr a questão da soberania brasileira sobre a região em discussão. De forma interessante, o autor menciona também o interesse francês pela exploração da região. Em 1854 o coronel João Batista de Castro Moraes Antas também refutou muitas das ideias de Maury ao publicar *O Amazonas: breve resposta à memória do tenente da armada americana-inglesa F. Maury sobre as vantagens da livre navegação do Amazonas* (Antas, 2013).

30. Naquele momento o Acre era território boliviano. Porém, a região foi ocupada por brasileiros, em especial nordestinos, atraídos para a exploração do látex na região. Estima-se que em 1900 cerca de 60 mil brasileiros estavam na região.

31. Nos termos do acordo estava à disposição dos EUA em ajudarem a Bolívia no campo diplomático, financeiro e no fornecimento de armas em troca de vantagens comerciais e econômicas advindas das relações comerciais com a Bolívia. Os produtos americanos entrariam no país com tarifas diferenciadas e a borracha boliviana seria exportada preferencialmente para os EUA com diferimento tarifário.

Mapa 3. Disputa pelo Acre na Virada do Século XIX para o XX



Em novembro de 1900, ocorreu nova proclamação de independência, desta vez liderada pelo brasileiro Rodrigo de Carvalho, que assumiu a presidência. Menos de um mês depois, o Exército boliviano reprimiu o movimento e, em 24 de dezembro, derrotou os insurgentes.³²

Buscando reagir a situação, a Bolívia solicitou apoio norte-americano. Em 11 de junho de 1901, em Londres, firmou-se um protocolo entre o governo boliviano e a *Bolivian Exploration Company*, que conferia ao truste anglo-americano conhecido como *Bolivian Syndicate* o direito de administrar o Acre como colônia privada.³³

A reação brasileira foi imediata. Seringalistas insatisfeitos com os desdobramentos organizaram, com apoio do governo do Amazonas,³⁴ um levante liderado por José Plácido de Castro, dando início à Revolução Acreana. Em 6 de agosto de 1902, os revolucionários atacaram a guarnição boliviana às margens do rio Xapuri. Após sucessivas vitórias, proclamaram, em 24 de janeiro de 1903, o Estado Independente do Acre.

A instabilidade política na região levou a diplomacia brasileira a intervir diretamente. Sob a condução do Barão do Rio Branco, o Brasil ofereceu ao *Bolivian Syndicate* uma indenização de US\$ 550 mil e comprou o território do Acre da Bolívia por US\$ 1,1 milhão. Os acordos foram consolidados no Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903. Em contrapartida, o Brasil cedeu à Bolívia parte do território de Mato Grosso e comprometeu-se a construir a Ferrovia Madeira-Mamoré, garantindo-lhe escoamento da produção de látex — do próprio Acre e do interior boliviano — pelo rio Amazonas até o Atlântico.

32. Para maiores detalhes sobre a contenda envolvendo o Estado Independente do Acre, o Bolivian Syndicate e a Revolução Acreana, ver: Bandeira (2000) e Menezes; Fernandes (2005).

33. Um dos sócios do Bolivian Syndicate era W. E. Roosevelt, primo do então vice-presidente dos EUA Theodore Roosevelt.

34. O governo do Amazonas envolveu-se diretamente na questão por interesses alfandegários.

4. A Expedição Alemã Amazonas-Jari e a Operação Guiana

A partir da Era Vargas consolidou-se no Brasil um projeto nacional-desenvolvimentista que combinava soberania, integração territorial e modernização econômica. Essa visão, fortemente marcada pelo ideário da industrialização e pela crença no progresso técnico, atribuía ao Estado o papel de condutor de um processo civilizatório destinado a «domar» a natureza e incorporar as regiões consideradas periféricas ao núcleo industrial do país. A Amazônia, nesse contexto, era vista simultaneamente como fronteira de recursos e como vazio demográfico a ser ocupado — um território que precisava ser «conquistado» e «valorizado» em nome da unidade e da segurança nacional.

Tal concepção de modernidade, inaugurada no Estado Novo, teria longa duração, influenciando inclusive o período da ditadura civil-militar (1964–1985). Sob o lema «integrar para não entregar», os governos militares retomaram e intensificaram a lógica desenvolvimentista herdada de Vargas: promover o progresso pela via da ocupação territorial, da expansão das fronteiras agrícolas e da exploração intensiva dos recursos naturais. Em ambos os momentos, a floresta e as populações tradicionais foram tratadas como obstáculos à modernidade, e a integração da Amazônia ao território nacional converteu-se em um imperativo de Estado.

Essa mentalidade de «integração pela ocupação» moldou o olhar do governo brasileiro sobre a região e condicionou também o modo como potências estrangeiras passaram a percebê-la. A Amazônia tornou-se não apenas um espaço de recursos, mas um palco de disputas simbólicas e estratégicas em torno da soberania e do progresso. É nesse ambiente — em que o nacionalismo se mistura à geopolítica da modernidade — que se inscrevem os episódios da década de 1940, quando a floresta amazônica volta ao centro das atenções internacionais.

Em 1941, após décadas de relativa indiferença que se seguiram ao auge do Ciclo da Borracha (encerrado em 1912), a Amazônia voltou ao cenário internacional com a assinatura dos Acordos de Washington.³⁵ Os acordos possuíam um caráter geopolítico que transcendia o mero fornecimento de látex ao Exército dos EUA e demais Aliados, pois outros atores internacionais também disputavam a região.

Este capítulo pouco conhecido da história foi redescoberto em 2022, quando, numa das margens do rio Jari — próximo à cachoeira e à Hidrelétrica de Santo Antônio, no sul do Amapá —, um turista encontrou uma cruz de aproximadamente três metros, tombada ao chão, com inscrições em alemão e uma suástica nazista. Nela lia-se: «Joseph Greiner morreu aqui de febre em 2 de janeiro de 1936, a serviço da pesquisa alemã.» A descoberta gerou curiosidade sobre a presença nazista na Amazônia e evidenciou o interesse da Alemanha de Hitler por essa porção dos trópicos.³⁶

Em 24 de setembro de 1935, uma comitiva de pesquisadores do Terceiro Reich — formada por Otto Schulz-Kampfenkel (zoólogo e líder), Gerd Kahle (piloto), Gerhard Krause (engenheiro e mecânico), Joseph Greiner (tradutor)³⁷ e 16 brasileiros —, após obter autorização do governo brasileiro, partiu de Belém para realizar a Expedição Alemã Amazonas-Jari.³⁸ A expedição seguiu por Breves, na Ilha do Marajó, e navegou durante dezessete meses pelo rio Jari — no atual Amapá — até a fronteira com a Guiana Francesa.³⁹ No percurso, enfrentaram naufrágio com perda de parte dos suprimentos, contraíram malária, difteria e outras doenças tropicais, sendo amparados pelos indígenas aparai.

Em 26 de maio de 1937, os expedicionários regressaram à Alemanha levando um acervo expressivo: mais de 500 espécimes de mamíferos, répteis, anfíbios e aves; crânios humanos; e

35. O Ciclo da Borracha na Amazônia termina em 1912 em decorrência do contrabando de sementes de seringueira para a Malásia pelos ingleses e a entrada no mercado internacional da borracha fornecida por este país em sistema de produção intensivo. A diminuição do custo de produção inviabilizou a concorrência da borracha amazônica no mercado internacional.

36. Sobre o assunto, ver Zalis e Gaurattoni (2012), Pacheco (2017), Oliveira (2018), Neher (2020), G1 (2022) e Santiago (2022). Contudo, para uma visão mais detalhada recomenda-se a interessante dissertação de mestrado: Silva (2019).

37. Joseph Greiner já morava no Brasil. Participou da expedição na qualidade de tradutor da expedição. É dele a cruz encontrada. Ele faleceu de uma febre misteriosa durante a expedição, possivelmente febre amarela.

38. Na véspera da partida, dia 23/09/1935, os expedicionários tiveram uma reunião com o então governador do Pará José Carneiro da Gama Malcher e o comandante da 8ª Região Militar General Daltro Filho. Na ocasião apresentaram os planos da expedição, o funcionamento do avião alemão e falaram sobre a conjuntura política da Alemanha.

39. Na época essa região pertencia ao estado do Pará.

cerca de 1.200 artefatos etnográficos dos povos aparai, wayana e oayana, além de centenas de fotografias e filmes.⁴⁰ Esse material audiovisual deu origem ao documentário *Rätsel der Urwaldhölle* [«Mistérios da Floresta Infernal»] lançado nos cinemas alemães em 1938.⁴¹

Logo na abertura do documentário, Belém surge como vitrine dos tempos áureos do Ciclo da Borracha — uma cidade cosmopolita e miscigenada, construída por portugueses, caboclos, indígenas e afrodescendentes. Em seguida, as câmeras mostram os expedicionários embarcando em um avião ostentando a suástica nazista, ponto de partida para a jornada pela selva. A narrativa audiovisual registra o convívio com os povos indígenas, o percurso fluvial, as dificuldades de navegação, a coleta de animais e a exuberância da flora amazônica.

Mapa 4. A Expedição Alemã Amazonas-Jari e a Operação Guiana



A expedição constituiu um registro da presença nazista na Amazônia. Além do documentário, Otto Schulz-Kampfenkel publicou, em 1938, o livro *Mistérios da Floresta Infernal*, entregou em 1941 a versão final de sua tese de doutorado sobre a geografia do rio Jari e organizou uma exposição itinerante para popularizar a selva amazônica entre os alemães.⁴²

40. Os alemães registraram 2.700 metros de película de filme e tiraram cerca de 2.500 fotografias. O material coletado foi enviado para o Museu de Etnologia e Museu de História Natural, ambos situados na cidade de Berlim. Muitos dos artefatos permanecem atualmente em exposição em ambos os museus.

41. O documentário vale a pena ser assistido, mesmo estando em alemão. Encontra-se disponível no YouTube com o título *Expedição Nazista na Amazônia em 1935*, podendo ser acessado no seguinte endereço: <https://youtu.be/Glqi722sMIO>

42. A exposição tinha por objetivo reproduzir o ambiente da floresta, proporcionando ao visitante a sensação do «inferno verde» amazônico. Para isso, tentaram reconstruir uma parte da floresta e uma réplica dos aldeamentos indígenas. Infelizmente, tanto a tese, assim como outros relatos e materiais coletados durante a expedição, foram destruídos por bombardeios dos Aliados sobre a Universidade de Würzburg. Inclusive, o orientador de Schulz-Kampfenkel em seu doutorado, Hans Schrepper, faleceu num desses bombardeios.

Mas qual era o objetivo estratégico alemão? Enquanto Silva (2019) sustenta que a missão tinha finalidade estritamente científica, Zalis e Gaurattoni (2012) defendem que Berlim avaliava a possibilidade de invadir as Guianas — Britânica, Holandesa e Francesa — por meio da chamada Operação Guiana, estabelecendo uma colônia alemã no norte da América do Sul e compensando o atraso histórico do país na ocupação da Amazônia.⁴³

É provável que, com esse objetivo, Schulz-Kampfenkel tenha entregado, em abril de 1940, um relatório à Schutzstaffel (SS) — tropa de elite do Partido Nazista — no qual defendia: «A tomada das Guianas é uma questão de primeira importância por razões político-estratégicas e coloniais» (Zalis e Gaurattoni, 2012).⁴⁴

O relatório de Schulz-Kampfenkel motivou o oficial da SS Heinrich Peskoller a escrever diretamente a Hitler, em 3 de abril de 1940, frisando que as Guianas abrigavam reservas de ouro e diamantes capazes de financiar o esforço de guerra alemão. Peskoller argumentava ainda que o litoral guianense oferecia posição privilegiada para patrulhar o Atlântico e bloquear o comércio dos Aliados — sobretudo o britânico — com a América do Sul.⁴⁵

No esboço da chamada «Guiana Alemã», a Amazônia setentrional não seria apenas como colônia de exploração, mas como *Lebensraum* — «espaço vital» — destinado ao povoamento ariano. Peskoller argumentava, na carta a Hitler, que o empenho e a engenharia alemães poderiam domar as inúmeras cachoeiras por meio de usinas hidrelétricas, criar uma rede elétrica nacional com bondes, ampliar a navegação fluvial, explorar madeiras nobres, erguer pontes, aeroportos, escolas e hospitais; a comparação entre o antes e o depois contaria pontos para o *Führer* (Zalis e Gaurattoni, 2012).

No relatório entregue à Schutzstaffel (SS), Schulz-Kampfenkel sugeriu invadir as Guianas por duas frentes — uma coluna fluvial pelo Jari até Caiena e outra pela costa atlântica. Supunha-se, então, que o governo Vargas permitiria a utilização do território brasileiro como corredor militar, o que evidencia a ambiguidade das relações entre o nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e o nacional-socialismo de Adolf Hitler. Importa recordar que a Expedição Amazonas-Jari foi oficial: articulou-se entre o Ministério da Propaganda e a Organização de Relações Exteriores do Partido Nazista, e o governo brasileiro, através dos ministérios das Relações Exteriores e da Guerra do Brasil e do Museu Nacional do Rio de Janeiro. A imprensa brasileira saudou a iniciativa: a *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, 9 ago. 1935) exaltou os «novos cientistas» dizendo que faziam parte de uma nova geração disposta a «vencer a floresta», derrubando os entraves da marcha civilizatória.

Em 1939, com o envio da Missão Aranha a Washington, a política brasileira de equidistância pragmática do conflito terminou. Dois anos depois, os Acordos de Washington (1941) integraram a Amazônia como área estratégica para fornecimento do látex para os Aliados.⁴⁶ O ataque japonês a Pearl Harbor (7 dez. 1941) levou os EUA à guerra e, em seguida, Himmler encerrou a discussão sobre a Operação Guiana.

Nesse período o governo brasileiro cogitou a anexação da Guiana Francesa; tendo inclusive patrocinado a distribuição em Caiena do livro *Brasil, o País do Futuro* escrito pelo austríaco Stefan Zweig. Porém, o receio de provocar um atrito diplomático com os EUA fez com que a ideia fosse descartada.

43. Como a Alemanha acabou sendo unificada tardiamente, por volta de 1870, não pode, ao contrário de outras nações europeias, ocupar territórios na América. Por isso, voltou-se prioritariamente para o continente africano.

44. Oliveira (2018) informa que há relatos de que no início da década de 1940 de que padres residentes no Orfanato São José na Ilha de Santana, próximo a capital Macapá, mantinham contatos estranhos com estrangeiros. Isso acabou gerando uma enorme confusão na época quando um caboclo ribeirinho denunciou que viu um submarino submergindo próximo da boca do Rio Vila Nova. Dele teriam saído um grupo de marinheiros em direção a Ilha de Santana. Até hoje não se sabe a veracidade do fato. Muitos acreditam que o ribeirinho tenha inventado o relato. Mas a repercussão mostra que o assunto era comentado na época na região.

45. Naquele momento a Argentina havia se tornado uma importante fornecedora de alimentos para a Inglaterra.

46. A Malásia havia sido invadida pelos japoneses e o fornecimento de borracha cortado para os países aliados.

5. O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA)

O término da Segunda Guerra Mundial marcou o início da Guerra Fria, período no qual o mundo se dividiu entre a influência norte-americana, assentada no modelo da democracia liberal, e a soviética, baseada em um regime autocrático-socialista de viés internacionalista. O Ocidente temia a expansão do socialismo.

Nesse contexto geopolítico internacional surgiram organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e instâncias subsidiárias como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1946. Propostas para superar o subdesenvolvimento latino-americano entraram em pauta como parte de um cinturão de contenção ao socialismo. Não por acaso, em 1948 foi criada outra instância subsidiária, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Em 1946, o cientista brasileiro Paulo Estevão de Berredo Carneiro apresentou à UNESCO a proposta da criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA). Com governança pan-amazônica e multinacional, o instituto tinha como objetivo, por meio de ciência e inovação, uma trajetória de desenvolvimento para a hileia que combinasse a exploração das riquezas naturais com conservação ambiental e a integração cultural. Para isso, possuía como estratégia a viabilização de pesquisas nas áreas de botânica, química, zoologia e geologia, além de estudos etnográficos.

O projeto era visionário: antecipava conceitos hoje centrais ao debate sobre desenvolvimento sustentável, em especial a ideia de se buscar um caminho para a região que contemple a conservação da floresta, usando da ciência e da tecnologia para aproveitamento das suas potencialidades, e a utilização, com conservação, de seu patrimônio cultural. Entretanto, o modelo de governança despertou críticas: temia-se a introdução de interesses estrangeiros na região. Além disso, a elite político-econômica alinhada ao nacional-desenvolvimentismo urbano-industrial via na Amazônia apenas um apêndice da locomotiva paulista.

Mapa 5. Área de Gestão do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica - IIHA

Poucos anos antes, em 1941, o então presidente Getúlio Vargas proferiu em Manaus o «Discurso do rio Amazonas», descrevendo a região como selvagem e inóspita; segundo ele, era preciso conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta e adensar o povoamento.⁴⁷ O objetivo era integrar a economia amazônica ao polo dinâmico de São Paulo, mediante um rol de infraestruturas econômicas capazes de permitir que a Amazônia lograsse um processo civilizacional «único e peculiar».⁴⁸ Essa agenda — que se prolongaria em governos posteriores — combinava garantia de soberania com interesses das elites do Sudeste, como parte de uma estratégia nacional de modernização conservadora.⁴⁹

Pouco depois do discurso, a conjuntura internacional levou o Brasil à necessidade de tomar posição na guerra e de assinar os Acordos de Washington em 3 de março de 1942. Com a interrupção do fornecimento da borracha asiática, após a tomada da Malásia pelos japoneses, a Amazônia tornou-se fonte de extração estratégica para o abastecimento de látex para o esforço de guerra dos Aliados, sobretudo dos norte-americanos.⁵⁰

Convém perceber que — tanto para a visão nacional-desenvolvimentista em ascensão quanto para a geopolítica estratégica da guerra — a Amazônia novamente foi acionada por macrodecisões e interesses exógenos em detrimento de uma estratégia mais favorável ao desenvolvimento regional e aos amazônidas. Um padrão que se repete no decurso da história regional.

Esse contexto de época ajuda a entender por que a proposta do IIHA — que pretendia criar, via pesquisa científica, uma força motriz endógena de desenvolvimento — colidia frontalmente com interesses hegemônicos sobre a Amazônia.

A discussão sobre o projeto — envolto em polêmicas, em especial relativas à soberania nacional — teve curta sobrevida. Realizaram-se quartas conferências com a finalidade de delimitar a estrutura e o funcionamento do Instituto: Belém e Cidade do México em 1947 e Iquitos e Manaus em 1948. Nelas ficou clara a divergência de enfoques: a Unesco propunha a transformação da região numa plataforma mundial de pesquisas, um espaço multinacional da ciência; o Brasil e demais países amazônicos queriam soluções imediatas para o aproveitamento econômico dos recursos naturais e melhoria no provimento dos serviços públicos.⁵¹

Enquanto as conferências tentavam conciliar as posições, no ambiente político nacional crescia a desconfiança de que o Instituto mascarava interesses ocultos — percepção alimentada por militares e políticos nacionalistas. A polêmica atingiu o ápice quando veio a público uma minuta de estatuto, apresentada numa das conferências, segundo o qual o Conselho do IIHA atuaria como instância deliberativa máxima, sem necessidade de anuência dos países pan-amazônicos.⁵² Diante da polêmica, do impasse e do temor pela soberania, o projeto foi abandonado.

47. Nas palavras de Vargas (1942, p. 259): «Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta, foram as nossas tarefas. E, nessa luta, que já se estende por séculos, vamos obtendo vitória sobre vitória»

48. Conforme Vargas (1942, p. 259): «Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas da técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar.»

49. Aqui convém esclarecer o termo modernização conservadora, que não foi utilizado aleatoriamente. Este termo foi cunhado por Moore Junior (1975) para tratar do processo de industrialização de alguns países, como Alemanha e Japão — construído com base num pacto entre as elites dominantes, urbanas e industriais com as agrárias —, sem, contudo, ser acompanhado de avanços no ambiente democrático. Como contraponto há o processo desenrolado na Inglaterra e nos EUA. No Brasil o processo de desenvolvimento industrial ocorreu sem efetivação de um ambiente democrático pleno. Todavia, o aprofundamento desse debate foge ao objetivo aqui proposto.

50. Também como parte dos acordos assinados estava o apoio financeiro dos Estados Unidos para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce (Vale), ficando o compromisso do Brasil de fornecer minérios estratégicos para a indústria bélica americana.

51. Para uma visão mais detalhada sobre o assunto recomenda-se Maio e Sá (2000), Magalhães (2006) e Magalhães e Maio (2007).

52. A região da Pan-Amazônia engloba os países que possuem áreas da floresta Amazônica em seu território: Brasil, Colômbia, Peru, Equador, Bolívia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

6. O Projeto dos Grandes Lagos na Amazônia

Com a ruptura democrática de 1964, o Brasil ingressou em uma nova fase de seu projeto desenvolvimentista, marcada pela consolidação de um Estado autoritário e tecnocrático que fez do crescimento econômico um instrumento de legitimação política. O planejamento estatal passou a ser conduzido por elites técnicas vinculadas ao empresariado urbano-industrial e à burocracia federal, sob forte orientação dos organismos multilaterais e da política de contenção do comunismo impulsionada pelos Estados Unidos. O desenvolvimento, entendido como sinônimo de industrialização acelerada e integração territorial, converteu-se em imperativo de segurança nacional. Essa lógica sustentava a crença de que a modernização econômica seria capaz de assegurar tanto a estabilidade política quanto a soberania, relegando a segundo plano as desigualdades sociais, as questões regionais e os impactos ambientais.

Nesse contexto, a Amazônia assumiu um papel estratégico como fronteira de expansão do capitalismo nacional e da influência norte-americana, articulando economia, geopolítica e ideologia. A retórica militar de «integrar para não entregar» combinava a defesa da soberania com a abertura da região ao capital estrangeiro, especialmente ao norte-americano, em projetos de infraestrutura, mineração e energia. Assim, o ideal desenvolvimentista dos anos 1960 e 1970 consolidou uma visão instrumental da Amazônia: um território a ser ocupado, explorado e convertido em ativo econômico, em consonância com a racionalidade industrializante dominante no Sudeste. A floresta, as populações tradicionais e a diversidade cultural foram subsumidas a uma noção de progresso que via a natureza como obstáculo e o capital como vetor civilizatório.

É nesse cenário, em que se combinavam a ideologia da modernização e a geopolítica da Guerra Fria, que a Amazônia voltou a ocupar o centro das atenções internacionais. Na segunda metade da década de 1960, o debate sobre soberania e desenvolvimento da região ganhou novo fôlego quando o Instituto Hudson apresentou – durante a Conferência Latino-Americana de Desenvolvimento, realizada em Nova York de 16 a 19 de outubro de 1964 – o Projeto dos Grandes Lagos na Amazônia.⁵³

Conforme a proposta, a Amazônia caracterizava-se como área transnacional de baixa densidade demográfica, praticamente inexplorada.⁵⁴ Sua matriz econômica assentava-se na economia de subsistência, com pouca atratividade para a iniciativa privada e baixo interesse governamental. Entretanto, caso adequadamente estimulada, detinha promissor potencial de desenvolvimento. Era isso que o projeto pretendia fazer: integrar logisticamente as economias pan-amazônicas, viabilizando a exploração dos seus recursos naturais.

Para tanto, o projeto previa seis eixos estratégicos que comporiam um sistema logístico integrado por sete lagos artificiais:

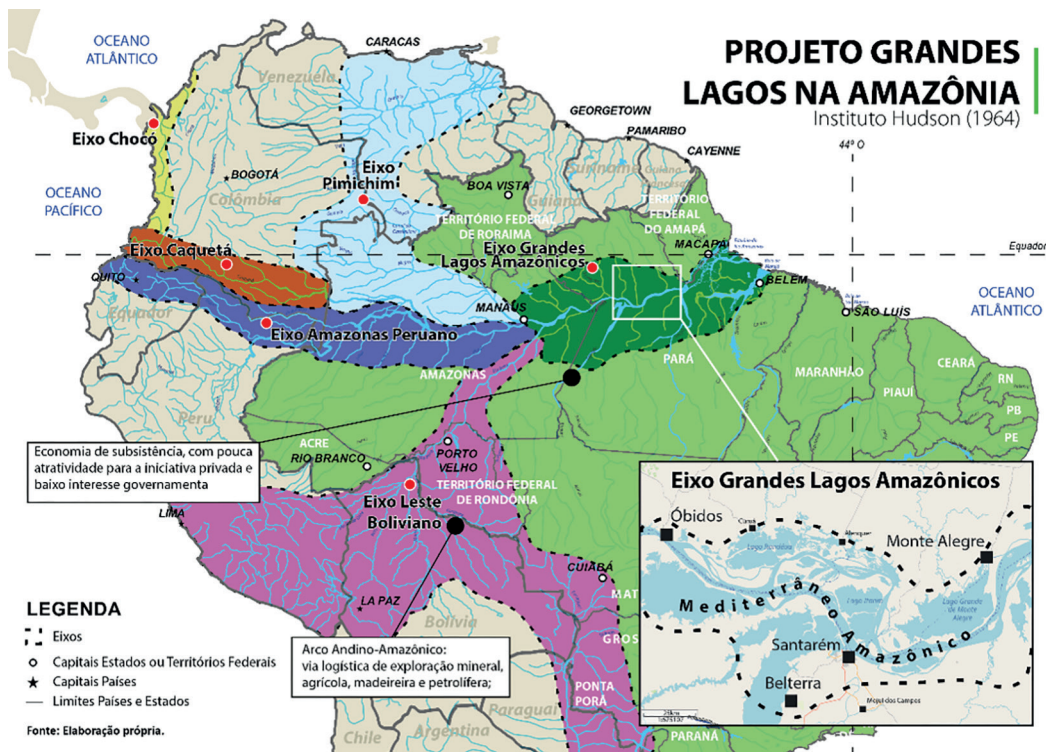
1. Eixo Chocó, no noroeste da Colômbia: previa a construção de duas barragens, dois lagos artificiais, uma hidrelétrica e um sistema de canais hidroviários conectando o Pacífico ao Atlântico;
2. Eixo Caquetá, subsidiário ao Chocó, também na Colômbia: previa a construção de uma barragem e hidrelétrica no rio Caquetá, ampliando o sistema hidroviário de Chocó;
3. Eixo Pimichim, na fronteira Colômbia-Venezuela: previa a construção de duas barragens nos rios Atabapo e Guainía, criando rota alternativa ao canal de Casiquiare, conectando as bacias do Amazonas e do Orenoco;
4. Eixo Amazonas Peruano: previa a construção de uma barragem no rio Ucayali, viabilizando uma hidrovía até o Amazonas e outra no rio Napo (fronteira Peru-Ecuador);
5. Eixo Leste Boliviano: previa a criação de uma conexão fluvial da Bolívia com o Pacífico e com o Peru por represamento dos rios Madre de Dios e Beni, além de conexão entre os rios Mamoré e Guaporé pela construção de barragens em ambos os rios e formação de uma hidrovía decorrente de um lago artificial. Este projeto previa a criação de uma longa via logística de conexão entre as cidades de Buenos Aires e Belém via integração das bacias dos rios Guaporé, Mamoré e Amazonas;

53. O Instituto Hudson foi criado em 1961 para ser um *think tank* de estudos estratégicos e interdisciplinares envolvendo economia, cultura, relações internacionais e tecnologia.

54. Para maiores informações sobre o Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos, ver: Pinto (2013; 2019) e Queiroz (2012; 2014).

6. Eixo Grande Lago Amazônico: previa o represamento do rio Amazonas entre as cidades de Óbidos e Monte Alegre, criando um «mar interior» (um «mediterrâneo Amazônico») e uma via logística e econômica de integração interiorana entre Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai e Argentina.

Mapa 6. Projeto Grandes Lagos na Amazônia



O sistema proposto envolvia a formação de grandes lagos que, além de gerar energia hidrelétrica, permitiriam o acesso de navios de grande calado ao interior da Amazônia. Esse acesso facilitaria a exploração de reservas minerais estratégicas nos espinhaços andinos e estimularia as atividades madeireira, agrícola e petrolífera. Assim, o projeto criaria uma via logística para o chamado Arco Andino-Amazônico, considerado estratégico para o desenvolvimento sul-americano.

Ainda sobre o projeto, convém destacar adicionalmente dois pontos. No plano apresentado, havia a perspectiva de deslocamento de 750 mil pessoas, número estimado da população diretamente atingida, sem qualquer menção mais detalhada sobre impactos sociais e ambientais. Ademais, para subsidiar a elaboração do desenho estratégico do sistema logístico proposto, foi disponibilizado um conjunto de mapas extremamente precisos e detalhados produzidos pela Força Aérea dos EUA sobre a Amazônia.

Fundamental notar que os EUA já estudavam a geografia e as potencialidades econômicas da região. Em 1952, o Brasil firmou um acordo militar que permitiu a militares norte-americanos levantar cartas aeronáuticas do território brasileiro — base cartográfica que sustentou o Projeto dos Grandes Lagos e, mais tarde, com informações complementadas pelo Projeto Radam (1970-1985), grandes projetos minerários, hidroelétricos e agropecuários no bojo do Projeto Grande Carajás, iniciado em 1982.⁵⁵

55. Apenas para complementar as informações, o esboço inicial do Projeto Grande Carajás fora elaborado no início da década de 1970 após a descobertas de reservas minerais estratégicas. Porém, a reserva de minérios da serra dos Carajás já tinha sido mapeada em 1962.

Voltando ao ponto central, o Projeto dos Grandes Lagos na Amazônia – a exemplo do IIHA – tornou-se alvo de polêmicas. O Instituto Hudson foi acusado de atuar como «testa de ferro» da *Central Intelligence Agency* (CIA) dos EUA; outros afirmam que a iniciativa partiu da Embaixada do Brasil em Washington, a pedido de Roberto Campos, então ministro do Planejamento.⁵⁶

Em meio à controvérsia, vozes políticas temeram que o plano abrisse a porta a interesses internacionais.⁵⁷ O Itamaraty, motivado pela repercussão, encomendou a três diplomatas relatório reservado que concluiu: (i) o Instituto mantinha relações com o Departamento de Defesa dos EUA, de onde provinha parte de seus recursos; (ii) as premissas eram insustentáveis, pois alagariam as melhores áreas agrícolas, alterariam o ciclo hidrológico, impactariam fauna e flora e prejudicariam as cadeias de juta e borracha; (iii) tratava-se de «mal-disfarçada» tentativa de internacionalizar a Amazônia (RBPI, 1968 *apud* Queiroz, 2012; 2014).

A polêmica teve uma importante consequência, estimulou no Brasil o debate sobre a «questão Amazônia» e a soberania territorial. É nesse contexto que em 1968 a Escola Superior de Guerra (ESG) publicou um documento apresentando um conjunto de diretrizes de segurança nacional para a região, com destaque para:

1. Criação de um projeto nacional para o desenvolvimento da região;⁵⁸
2. Melhoria no sistema logístico, com ênfase no transporte e na comunicação;
3. Adensamento demográfico, com estabelecimento de núcleos fronteiriços;
4. Criação de zonas francas com a regulamentação de uma estratégia de concessão de incentivos e isenções fiscais para a atração de investimentos industriais.

Fica nítido o alinhamento dessas diretrizes com a Operação Amazônia (1966). Em síntese, as polêmicas de soberania – IIHA e Grandes Lagos –, somadas à memória de eventos pretéritos, criaram a ambiência política que sustentou políticas públicas nacionais para a região manifestas na lógica de integração geográfica, ocupação demográfica e exploração econômica. A partir de então, a história econômica da região entrou em novos capítulos:

1. a Operação Amazônia com os seus principais desdobramentos – Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) e o seu rebaatimento macrorregional no Primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA);
2. o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o seu espelho macrorregional no Segundo Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA) e o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); e
3. o Programa Grande Carajás com o ciclo dos grandes projetos (mineração, hidrelétricas, agropecuária e extrativismo de madeira).

Conclusão

Este texto se propôs a resgatar alguns fatos históricos importantes para o debate acerca da soberania brasileira sobre a Amazônia. O principal objetivo é, com base nos acontecimentos passados, irrigar o debate contemporâneo. A partir de agora, buscar-se-á pontuar algumas questões

56. Segundo o jornalista Lúcio Flávio Pinto – testemunha ocular que chegou a visitar o Hudson Institute –, «[...] ao contrário do que se argumentava no Brasil – e ainda se fala nisso, em certos lugares – o plano dos ‘Grandes Lagos Amazônicos’, na minha opinião, não foi um complô da CIA, para destruir o Amazonas e a economia do Brasil. Foi proposta de um planejador desvairado, funcionário do Hudson Institute, que a pedido do embaixador brasileiro em Washington criara esse plano para o ‘desenvolvimento da Amazônia’» (Pinto, 2013). O «planejador desvairado» era Robert Panero. Pinto acrescenta que quem encomendou o estudo foi Roberto Campos, então ministro do Planejamento; contudo, ao tomar ciência do conteúdo, Campos teria se desvinculado da iniciativa.

57. Dentre as vozes que se manifestaram na época contrários ao empreendimento podem ser citados: os deputados Hermano Alves, Gastone Righi e Bernardo Cabral, além do então governador do Amazonas Ferreira Reis.

58. Apesar da mudança de governo, com a ruptura institucional de 1964, a lógica do nacional-desenvolvimentismo foi preservada.

que julgamos pertinentes. Porém, obviamente, sem se ter a pretensão de esgotar o assunto ou as inúmeras possibilidades de correlações. O propósito é exatamente fomentar a continuidade da discussão, o aprofundamento das questões históricas relatadas, a realização de novas pesquisas, bem como o desenvolvimento de outras correlações.

A Amazônia como território é um espaço socialmente construído. A sua espacialidade está em permanente construção, assim como a sua história. A atual divisão geopolítica da região, assim como conceitos como Região Norte, Amazônia Legal ou Pan-Amazônia, advém do processo de formação territorial de um espaço em permanente disputa; disputas econômicas, de poder, geopolíticas, de interesses muitas vezes discordantes e antagônicos. Por outro lado, a Amazônia do amanhã dependerá dos acontecimentos, das decisões e das intervenções contemporâneas, portanto, do resultado das disputas atualmente em voga. Importa, dessa forma, conhecer a sua história e de que forma a sua ordem social foi modelada para melhor compreender as disputas atuais dentro dos jogos territoriais de influência e poder.

No processo de ocupação territorial pelos europeus, ocorreu um choque cultural com a destruição de antigas ordens sociais existentes, os povos indígenas. Desde então formou-se paulatinamente uma nova ordem social, com instituições predominantemente extrativistas, resultante da construção de uma cultura híbrida: portugueses, indígenas e negros. Essa cultura híbrida foi decisiva para a modelagem da dependência de trajetória regional. Merece, pois, ser mais minuciosamente estudada em suas características históricas, antropológicas, econômicas e políticas, não apenas como elementos de estudos acadêmicos, mas, sobretudo, para balizar o atual debate sobre a região e a formulação de políticas públicas.

Desde o início, interesses estrangeiros estiveram permanentemente presentes na formação territorial da região. Ao lado dos portugueses, prospectaram e/ou ocuparam a região: espanhóis, franceses, ingleses, irlandeses, holandeses e estadunidenses. A Pan-Amazônia não foi gestada apenas pela geopolítica ibérica. A Inglaterra, os Países Baixos e a França conquistaram o seu quinhão colonial (respectivamente: Guiana, Suriname e Guiana Francesa). Os EUA e Alemanha chegaram a manifestar interesse pelo seu quinhão. A França em especial tentou ocupar a Guiana Portuguesa, hoje estado do Amapá, e até hoje mantém a posse da Guiana Francesa, um departamento da nação europeia. Esse é um tema pouco mencionado. Parte do território amazônico é francês, e a França detém com o Brasil, através da Guiana Francesa, a maior fronteira territorial com outra nação. Ademais, tem se construído como um importante protagonista no debate ambiental da região, nutrido por interesses econômicos e geopolíticos.

Experiências como a República de Cunani, a República da Amazônia, a República do Acre com a atuação do Bolívan Syndicate, os interesses da Alemanha nazista, a proposta do IHA e o Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos, demonstram claramente que muitos acontecimentos relevantes na Amazônia decorreram (e continuam decorrendo) de interesses econômicos externos. As macrodecisões fundamentais sobre a região historicamente vêm de fora. E, quando o governo resolveu dentro de uma estratégia de proteção e soberania nacional intervir na região o fez a partir de uma visão *top down* reflexa, não contemplando os interesses dos amazônidas (apenas de uma parcela da população, uma determinada elite política e econômica, que se beneficiou marginalmente da dinâmica).

A República de Cunani foi fundada em Paris envolta em interesses de empresários ingleses para exploração dos recursos naturais da região. A proposta da República da Amazônia atendeu a interesses da elite econômica dos estados sulistas dos EUA; era uma válvula de escape para as tensões políticas, econômicas e sociais lá existentes. A atuação do *truste* anglo-americano Bolívan Syndicate na região do atual estado do Acre atendia a interesses estrangeiros meramente econômicos, inclusive com o intuito de transformar a região numa espécie de colônia privada. A ideia de invasão da guiana e formação da Guiana Alemã, além de interessar economicamente para o Estado Nazista se apresentava como um espaço vital para a expansão da raça ariana. O Projeto dos Grandes Lagos Amazônicos, envolto em questões geopolíticas de um mundo bipolar (capitalismo x socialismo), atendendo a interesses estadunidenses, transformaria a região numa grande plataforma logística de exportação de recursos naturais da região e num espaço estratégico para a geração de energia elétrica. Estas propostas têm em comum a visão de transformar o «inferno verde» no «almoxarifado do desenvolvimento alheio».

A partir de 1966, derivada de uma macrodecisão que buscou ocupar demograficamente e explorar economicamente a região, buscando a garantia da soberania nacional, a Operação Amazônia integrou o espaço regional ao nacional (e internacional) como uma fronteira econômica em expansão mediante a exploração dos seus recursos naturais. Essa estratégia foi reforçada pelo Programa Grande Carajás, lançado em 1982, que ajudou a modelar a matriz econômica atual da região, assentada sobretudo na mineração, no agronegócio e na geração de energia elétrica, requerendo vultosos investimentos em infraestrutura econômica e logística. O papel da Amazônia no cenário nacional e internacional estava consolidado, tinha se tornado efetivamente um grande «almoxarifado», uma plataforma logística de exportação. Ações aconteciam *na* Amazônia, não *para* os amazônidas. Como efeito reflexo do modelo implantado: (i) a hileia sofreu impactos ambientais e os amazônidas (de nascimento ou opção, aqueles que migraram em busca do novo «Eldorado») impactos sociais, que precisavam ser mitigados; (ii) estabeleceu-se um paradoxo na economia regional: crescimento econômico vs. pobreza e desigualdade.

Dos casos apresentados o IIHA é o único que merece uma avaliação específica na medida em que abarcava um caráter multinacional com objetivo de conduzir estratégias de pesquisas nas áreas de botânica, química, zoologia e geologia, além de estudos etnográficos, tendo como intuito o desenvolvimento da hileia via exploração de suas riquezas naturais, concomitante a conservação e a integração de sua cultura. Por isso, este caso merece uma consideração especial. Para além dos interesses geopolíticos que poderiam estar envolvidos por detrás da iniciativa — e aqui é necessário que a pesquisa historiográfica se debruce com maior profundidade na análise dos fatos para desvelar o que tinha de verdade ou de elocubração —, a proposta feita originariamente pelo cientista brasileiro Paulo Estevão de Berredo Carneiro contém elementos visionários para o debate acerca do desenvolvimento da região. Dentro do atual debate sobre mudanças climáticas, que coloca a questão do enfrentamento do desmatamento sobre a região como um dos focos prioritários, é preciso compreender uma lei econômica: a hileia apenas permanecerá se a floresta em pé tiver mais valor econômico do que a tora de madeira deitada ou o pasto para a criação de gado. Para isto, é necessária a alteração da dinâmica e do modelo de desenvolvimento econômico da região. E isso pressupõe o descobrimento de formas e alternativas para a geração e agregação de valor aos produtos oriundos da sóciobiodiversidade da floresta. É nesse sentido que o IIHA apresentou, para a sua época, um caráter visionário, até mesmo antecipando pontos do debate contemporâneo como a necessidade de estabelecer uma relação ciência, pesquisa e desenvolvimento da Amazônia.

Sem embargo, os fatos históricos resgatados demonstram que a preocupação com a soberania nacional sobre a região é uma questão antiga, pertinente, mas também atual. Em algumas ocasiões nações europeias, e mesmo os EUA, demonstraram interesse em ter uma influência mais ativa ou mesmo conquistar o seu quinhão da hileia.⁵⁹ Algumas conseguiram, como a Holanda, Inglaterra e França (esta, como já mencionado, até os dias de hoje mantém a posse de uma parcela da Amazônia como seu território). Entretanto, a questão dos interesses internacionais sobre a região, atualmente se insere em um novo capítulo da geopolítica mundial, que se mistura, traveste ou mesmo se esconde por detrás dos debates climáticos. O acesso a minerais estratégicos, ao petróleo, a imensa reserva de água doce da região e a sua inigualável biodiversidade, colocou a região no radar da Rússia e da China.⁶⁰ É nesse contexto que o debate relacionado a temas como mudanças climáticas, investimentos em infraestrutura e logística, biopirataria, atuação das ONGs, compras e grilagens de terras, demarcação de unidades de conservação e criação de reservas indígenas precisa ser feito.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi realizada graças ao apoio da Faculdade de Economia e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará, Brasil.

59. Obviamente para além dos espaços já ocupados por Portugal e Espanha.

60. São inúmeras jazidas minerais mapeadas na região, algumas inclusive estando em unidades de conservação ou terras indígenas. Dentre os principais minérios mapeados destacam-se: ferro, manganês, cobre, alumínio, zinco, níquel, cromo, titânio, fosfato, ouro, prata, platina e paládio.

Referências bibliográficas

- Antas, J. B. C. M. (2013). *O Amazonas: breve resposta à memória do tenente da armada americana-inglesa F. Maury sobre as vantagens da livre navegação do Amazonas*. Rio de Janeiro: FUNAG/CHDD.
- Antunes, E. J. (1853). O Amazonas. *Correio Mercantil*, 30 de novembro. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=217280&pagfis=8284>
- Bandeira, L. A. M. (2000) O Barão de Rothschild e a questão do Acre. Primeira Instância. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43(2), 150-169
- Cavlak, I. (2013). A História do Norte da América do Sul: Brasil, Guianas e Suriname. *XXVIII Simpósio Nacional de História*, Natal – RN, 22 a 26 de julho.
- Cavlak, I. (2016). Em torno das origens da Guiana Francesa: dos primórdios ao século XIX. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 9(3), 63-71.
- Da Costa, E. J. M. (2024). A Amazônia, Sustentabilidade e Soberania: estabelecendo a Arena para os debates durante a COP 30 em Belém. *Paper do NAEA*, 1(1). (Edição 572) <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v1i1.16818>.
- Cunha, E. da. (2000). *1866-1909. Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial,
- Cunha, E. da. (2019). *À margem da história*. São Paulo: Editora Unesp,
- G1 AP. (2022). Cruz Nazista fincada há 86 anos em sepultura é encontrada caída no Amapá. *G1 Amapá*, 5 julho. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2022/07/05/cruz-nazista-fincada-ha-86-anos-em-sepultura-na-amazonia-e-encontrada-caida-no-amapa.ghtml>
- Granger, S. (2011). Le Contesté franco-brésilien: enjeux et conséquences d'un conflit oublié entre la France et le Brésil. *Outre-Mers*. (372-373), 157-177.
- Herndon, W. L. e Gibbon, L. (2000). *Exploration of the Valley of the Amazon*. New York: Grove Press
- Lima, S. E. M. e Coutinho, M. C. S. (2016). *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*. Brasília: FUNAG.
- Luz, N. V. (1968). *A Amazônia para os Negros Americanos: Origens de uma Controvérsia Internacional*. Rio de Janeiro: Saga.
- Magalhães, R. C. S. (2006). *Desenvolvimento, ciência e Política: o caso do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (1946-1951)*. Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- Magalhães, R. C. S. e Maio, M.C. (2007) Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 14, 169-189.
- Maio, M. C., e Sá, M. R. (2000). Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, 6, 975-1017.
- Maury-Corbin, D. F. (1888). *Matthew Fontaine Maury – Biography*. Disponível em: https://en.wikisource.org/wiki/Matthew_Fontaine_Maury/9
- Menezes, M. L. P., e Fernandes, N. N. (2005). As Capitais do Acre: A Cidade e os Poderes. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, IX(194). Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-194-106.htm>
- Miranda, E. E. (2007). *Quando o Amazonas corria para o Pacífico: uma história desconhecida da Amazônia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moore Junior, B. (1975). *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes.
- Neher, C. (2020). A expedição que popularizou a Amazônia no Terceiro Reich. *DW História*, 16 Marzo. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/a-expedi%C3%A7%C3%A3o-que-popularizou-a-amaz%C3%B4nia-no-terceiro-reich/a-52696502>
- Oliveira, G. (2018). Os nazistas queriam criar uma «Guiana Alemã» no Amapá. *SalesNafes*, 22 maio. Disponível em: <https://selesnafes.com/2018/05/os-nazistas-queriam-criar-uma-guiana-alema-no-amapa/>

- Pacheco, J. (2017). Sepultura nazista isolada no Amapá revela projeto secreto de colonização alemã na Amazônia. *G1, Amapá*, 24 novembro. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/sepultura-nazista-isolada-no-amapa-revela-projeto-secreto-de-colonizacao-alema-na-amazonia.ghtml>
- Pereira, I. M. M. (2022). *Une histoire oubliée, la Guyane française sous l'occupation portugaise (1809-1817)*. Paris: Les Indes Savantes.
- Pinto, L. F. (2013). A CIA e os lagos artificiais na Amazônia. *O Jornal de Todos os Brasis*, 29 abril. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/brasil/a-cia-e-os-lagos-artificiais-na-amazonia/>
- Pinto, L. F. (2019). O Brasil e os Grandes Lagos. *Amazônia Hoje*, 28 junho. Disponível em: <https://amazoniahj.wordpress.com/2019/06/28/o-brasil-e-os-grandes-lagos/>
- Queiroz, F. A. (2012). *Hidropolítica e segurança: as bacias platina e amazônica em perspectiva comparada*. Brasília: FUNAG.
- Queiroz, F. A. (2014). Seria a Hileia uma Arena de Baixo Custo na Lógica de Poder da Guerra Fria? O Caso dos Grandes Lagos Amazônicos (1964-1968). *OPSI/S, Catalão-GO*, 14(N. Especial), 266-286.
- Sampaio, M. C. S. C. (2019). *A Amazônia no Olhar Imperialista: A história ainda pouco explorada do projeto do norte-americano Matthew Fontaine Maury para a Amazônia na década dos 1950. Canoa Do Tempo*, 11(01), 4-24.
- Santiago, A. (2022). Cruz nazista é vista caída no Amapá: o que Hitler queria na Amazônia? *Portal UOL*, 8 julho. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/07/08/cruz-nazista-amazonia-expedicao-jari-amapa.htm>
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, L. M. S. A. (2019). *Império na selva: representações do imperialismo e a expedição amazônica de Otto Schulz-Kampfhenkel (1935-38)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- Vargas, G. (1942). Discurso do Rio Amazonas. *Revista Brasileira de Geografia*, 4(2), 259-262.
- Zalis, P., e Garattoni, B. (2012). Nazistas na Amazônia. *Super Interessante*, 27 março. Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/nazistas-na-amazonia>

